

RESENHA

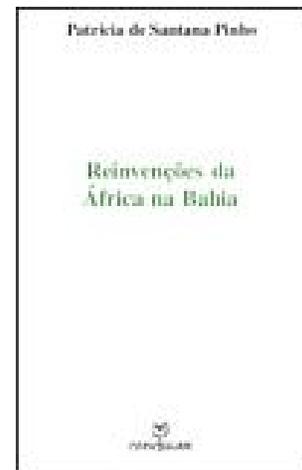
**PINHO, Patrícia de Santana. Reinvenções da África na Bahia .
Annablume, 2004, 271 p.**

Wilson Rogério Penteado Júnior

Doutorando em Antropologia Social - Universidade Estadual de Campinas

E-mail: penteadowjr@yahoo.com.br

Versão publicada de sua tese de doutoramento, o livro *Reinvenções da África na Bahia* da cientista social Patrícia de Santana Pinho é um convite para viajarmos ao Atlântico, mais precisamente, ao *Atlântico Negro*. O rumo desta viagem é a África; a “África que existe na Bahia”, que pulsa nos ritmos contagiantes dos blocos afros, que é reinventada a cada canto, em cada dança e em cada trança de cabelo. A obra é, portanto, um convite para uma (re) visita à Bahia no que se refere à sua produção cultural negra.



Visualizando a Bahia como parte da “diáspora” negro-africana, a autora busca percorrer as *rotas do Atlântico Negro* analisando os elementos locais e globais utilizados para a construção de identidades afro-referenciadas advertindo-nos para que olhemos atentamente para além dos encantos explícitos da Bahia e observemos as delicadas relações entre a *cultura* e a *política*.

Para adentrar nestas questões, Patrícia de Santana Pinho tomou como referencial empírico de sua pesquisa, os blocos carnavalescos baianos *Ilê Aiyê* e *Olodum*. O livro está dividido em cinco capítulos.

O primeiro, *A Bahia no Atlântico Negro*, enfoca como a produção cultural negra baiana é influenciada pelas culturas negras de outros pontos da diáspora. Nessa perspectiva, a autora analisa o mito da “Mama África” e de como a crença em uma África mítica e idealizada tem estimulado as concepções de negritude e a produção das identidades afro-referenciadas. O que a autora defende é que as culturas negras desenvolvidas nas Américas muito mais do que serem resultantes de uma congelada “herança africana”, têm se construído a partir de dinâmicos processos ocorridos nas rotas do *Atlântico Negro*. Indo além, e este, sem dúvidas, é um dos grandes méritos de sua obra, Patrícia de Santana Pinho analisa não apenas como a Bahia sofre influência da diáspora, mas também como a própria diáspora tem buscado a Bahia, avaliando o lugar que esta ocupa na rede mundial que conecta os imaginários de negritude e africanidade e para isso, nos dá como exemplo o “turismo de raízes” em que turistas negros de várias partes do mundo vão à Bahia com a intenção de reencontrar suas “raízes africanas”, que não estariam apenas na África, mas em todos os lugares da diáspora onde a África tem sido recriada.

No segundo capítulo, *Identidade Africana Feita na Bahia*, a autora inicia uma densa discussão acerca do conceito de identidade social e discorre sobre as experiências de movimentos militantes negros no Brasil no século XX como a Frente Negra Brasileira (FNB) nos anos 30, o Teatro Experimental do Negro (TEN) entre os anos 40 e 50, passando pelo movimento *Black is Beautiful* surgido nos EUA nos anos 60 e que ganhou repercussão internacional, inclusive no Brasil, para chegar à fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) no final dos 70, contexto histórico em que surge o bloco *Ilê Aiyê*, em Salvador, como estratégia estética da negritude. Constatando que as identidades dos blocos carnavalescos que pesquisou são construídas com base em argumentos fenotípicos em que se evoca a noção de raça, a autora oferece o esforço de demonstrar como esses sinais racialmente elegidos são construções historicamente elaboradas.

O terceiro capítulo, *A África no Corpo*, busca mostrar como o corpo tem se colocado como referência na diáspora negra. A autora analisa a tendência entre negros brasileiros de buscar referências de beleza em uma estética africana que é idealizada como forma de compensar os estigmas depreciativos que têm sido impostos historicamente a eles. Partindo do princípio de que a África é reinscrita no corpo, Pinho leva em conta a visualidade e as sensações de tato e olfato ligados ao corpo negro, examinando as várias maneiras em que a africanidade e, como consequência, a própria África têm sido reinventadas para produzir beleza e restaurar dignidade. Para tanto, aborda as formas depreciativas pelas quais o corpo negro foi representado desde o

período escravocrata aos dias atuais no Brasil o que se evidencia nas “falas magoadas dos jovens negros membros dos blocos afro” (pp.112). E a partir desse contexto, demonstra o esforço desses membros em reinventar suas negritudes criando sua beleza a partir do corpo.

O quarto capítulo, *Nascer Preto, Tornar-se Negro, Conceber-se Humano*, dá continuidade às discussões iniciadas no capítulo anterior sobre o corpo. Porém, se no capítulo anterior a autora trata da construção das identidades negras enfatizando os significados do corpo negro em seus aspectos exteriores – isto é, a aparência – aqui, neste capítulo, ela avança para a interioridade do corpo negro, sua suposta essência, isto é, a noção de que os corpos negros seriam dotados de especificidades substanciais biológicas como a inclinação para manusear determinados instrumentos de percussão ou serem propensos a danças. Sua crítica vai ao sentido de que tal postura, “... acaba criando novos mitos, ou reforçando mitos antigos, que aprisionam o grupo a uma naturalização com base na ‘raça’” (pp. 161).

O quinto e último capítulo, *Mamando nas Tetas Africanas da Bahia*, analisa a negritude produzida pelos grupos negros e a baianidade veiculada pelo discurso oficial, enfocando as relações existentes entre os produtores da cultura negra na Bahia e os políticos locais. A autora analisa o processo de construção da baianidade tanto por parte de intelectuais – a exemplo de Jorge Amado e Pierre Verger – como da população em geral que com a invenção de novos ritmos musicais e dançantes vão configurando formas de baianidade. Argumenta que o corpo negro baiano é tomado como um objeto que circula e carrega mensagens e representações, e, assim, é passível de ser consumido, principalmente se for considerada a relação entre a cultura negra baiana e a indústria do turismo e da música. “A triste ironia é que, como nos tempos da escravidão, corpos negros são mais uma vez selecionados, de acordo com tamanho, silhueta e habilidades, para estarem no centro da cidade da Bahia e da sua imagem pública” (pp.217). Para a autora, a baianidade é um mito difundido por setores dominantes e o perigo está no fato da celebração dessa baianidade, construída sobre a negritude – enquanto um dispositivo ideológico – ser vendida como natural.

Como considerações finais a esta resenha, cabe observar que ao desenvolver suas críticas aos estreitos conceitos de negritude e representações raciais, Patrícia de Santana Pinho tem a intenção de desafiar noções estáticas de identidade e para lidar com tais questões recorre a renomados autores dos, assim chamados, *Cultural Studies* dentre os quais se destacam Paul Gilroy – de quem empresta o próprio conceito de

Atlântico Negro –, Stuart Hall e Anthony Kwame Appiah. Sua postura, seguindo esses autores, é a de romper a ligação fixa entre “lugar-povo-cultura” e romper também com a noção de que território – mesmo a África enquanto território imaginado – seja sinônimo de uma cultura específica que molda os povos negros e suas identidades. Os argumentos usados pela autora para reforçar esta tese são muitos. Por exemplo, ao falar do intercâmbio de bens que são comercializados em escala mundial e que ganham significados específicos de africanidades, escreve: “... não importa se suas calças são feitas de tecidos importados em massa de Bali (...) e se seus colares e pulseiras são feitos por artesãos locais. Estes objetos corporificados possuem uma negritude infinita, uma africanidade que nem mesmo na África é possível encontrar” (pp.91).

Contudo, é importante que se diga que suas análises críticas não têm o mero interesse de revelar incoerências ou contradições inter nas aos processos de construção das identidades negras. Seu interesse reside em entender os significados políticos gerados na produção de tais identidades. “Desencantamos as crenças não para diminuir a beleza dos mitos, mas com a finalidade de superar a idéia de que as identidades seriam fixas e de que os seres humanos seriam prisioneiros de sua cultura ou de sua aparência física” (pp.25).

De uma vez por todas, ela traz, ou melhor, identifica com riqueza de detalhes etnográficos e rigor teórico, a Bahia no circuito do *Atlântico Negro*. Nas novas rotas que têm sido trilhadas por aqueles que buscam signos de negritude para compor suas identidades, a Bahia confirma sua condição de centro emanador de cultura negra na diáspora africana; Salvador da Bahia, situada num país lusófono do hemisfério Sul, se coloca como uma “cidade mundial”, compondo o mapa do *Atlântico Negro*.

A questão que parece não querer calar nas páginas do livro diz respeito ao uso da *raça* por sujeitos sociais enquanto recurso capaz de diferenciar, discriminar e congelar corpos.

Patrícia de Santana Pinho não nos apresenta uma resposta acabada para resolver a questão, evidentemente porque não se trata de fornecer uma resposta para questão de tamanha complexidade, mas nos brinda com instigantes problematizações. Nesse sentido, seu livro é um belíssimo convite para refletirmos sobre os dilemas concernentes à diáspora negra, cujos apontamentos estão nas *rotas do Atlântico Negro* onde a Bahia é apenas um lugar do circuito diaspórico que emana *reinvenções* de uma África que, ela mesma, é conjunto de *reinvenções*.